

CONHECIMENTO E OPINIÃO DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE DOAÇÃO E TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS

University knowledge and opinion on donation and organ transplantation

Conocimiento y opinión de universitarios sobre donación y trasplante de órganos

Morgana Hanauer¹, Andreia Burille²

Como citar este artigo:

Hanauer M, Burille A. Conhecimento e opinião de universitários sobre doação e transplantes de órgãos. Rev Fun Care Online. 2020 jan/dez; 12:450-456. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.8505>.

RESUMO

Objetivo: analisou-se o conhecimento e a opinião de universitários sobre doação e transplante de órgãos.

Métodos: pesquisa qualitativa, realizada em um pequeno município do Rio Grande do Sul. Além de residir no cenário e de não estar inserido em formações na área da saúde, teve-se como critério de inclusão vínculo acadêmico ativo. Entrevistas semiestruturadas geraram as informações, sendo estas apresentadas pela análise temática. **Resultados:** evidenciou-se sensibilidade e engajamento ao falar da temática, no entanto, quando direcionadas questões sobre o processo e as possibilidades de doação, o conhecimento mostrou-se incipiente e, por momentos, envolto por mitos e medos. Alguns assuntos, como conceito de morte encefálica e etapas do processo de doação poderiam ser exploradas em campanhas, à medida que muitas dúvidas dos participantes se situaram nesses campos. **Conclusão:** recomenda-se que nos espaços universitários sejam asseguradas discussões transversais, que fortaleçam o ideário de solidariedade.

Descritores: Educação em saúde; Doação de órgãos; Transplante; Estudantes; Saúde coletiva.

ABSTRACT

Objective: to analyze the knowledge and opinion of university students about organ donation and transplantation. **Methods:** qualitative research, carried out in a small municipality of Rio Grande do Sul. In addition to residing in the scenario and not being included in formations for health work, it was determined as inclusion criterion an active academic link. Semi-structured interviews generated the information, which was organized by analysis of thematic content. **Results:** evidenced sensitive to and engaged in talking about the topic, however, when questions about the process and the possibilities of donation were addressed, knowledge was incipient and, at times, surrounded by myths and for fears. The concept of brain death and stages of the donation process, could be explored in campaigns, doubts were placed in these fields. **Conclusion:** it is recommended that in university spaces discussions be held that are transversal, which strengthen the idea of solidarity.

Descriptors: Health education; Organ donation; Transplant; Students; Collective health.

1 Enfermeira, Graduada em Enfermagem pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Feliz – Rio Grande do Sul – Brasil.

2 Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil.

RESUMÉN

Objetivo: analizar el conocimiento y la opinión de universitarios sobre donación y trasplante de órganos. **Métodos:** investigación cualitativa, realizada en un pequeño municipio de Rio Grande do Sul. Además de residir en el lugar y de no estar cursando carreras para trabajar en salud, se determinó como criterio de inclusión vínculo académico activo. Entrevistas semiestructuradas generaron las informaciones, que fueron organizadas por análisis de contenido temático. **Resultados:** los participantes mostraron sensibilidad y compromiso al hablar del tema, mientras que, cuando se planteaban preguntas sobre el proceso y las posibilidades de donación, el conocimiento se mostró incipiente y, por momentos, cubierto de mitos y miedos. El concepto de muerte encefálica y etapas del proceso de donación, podrían ser explotadas en campañas, a medida que muchas dudas se situaron en esos campos. **Conclusión:** se recomienda que en los espacios universitarios sean garantizadas discusiones transversales, que fortalezcan el ideal de solidaridad.

Descriptor: Educación en salud; Donación de órganos; Trasplante; Estudiantes; Salud pública.

INTRODUÇÃO

A doação de órgãos abarca uma temática emergente que tem recebido cada vez mais atenção nos espaços de saúde e na mídia, pela relevância que denota ao ofertar sobrevida a adoecidos crônicos e ao constituir um ato de nobreza. O transplante, além de representar uma oportunidade de prosseguimento da vida para os adoecidos, oportuniza a melhoria da qualidade de vida para as pessoas que com ele convivem.¹ Embora contemple tema recorrente, um dos fatores contribuintes para a recusa da doação de órgãos são as imprecisões - que, por momentos, tornam as pessoas inseguras em autorizar ou em declarar a doação.

A doação pode se assentar em diferentes concepções e o não esclarecimento das dúvidas contribui para a recusa, o que revela a importância de estimular as pessoas a pensar sobre a temática e, se desejar, a declarar sua intenção aos familiares.²⁻³ Nesse sentido, a doação de órgãos implica na consciência dos indivíduos: para quem necessita de um transplante, ali estão a perspectiva de vida que decorre da falência de um órgão, a solidariedade que o ato requer e as novas possibilidades vislumbradas com a concretização da doação. Para quem doa ou autoriza a doação, ressalta-se o conforto de modificar positivamente a vida de outra pessoa, mesmo que vivendo a dor da perda.⁴

O Brasil conta com um dos mais reconhecidos programas públicos voltados à doação de órgãos no mundo, com 95% dos procedimentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).⁵ A Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO) publicou uma compilação de janeiro a setembro de 2017, em que se constata o aumento da taxa de doadores (16,6 por milhão de pessoa), atingindo a meta proposta para o ano (16,5 por milhão de pessoa).⁶ O aumento nas doações pode ser fruto de ações educativas que sensibilizaram a sociedade quanto ao ato de doar e de investir em saúde - em especial, na organização de uma rede de serviços para captação e transplante.⁷

Embora os números alcançados pelo país sejam significativos, segundo relata a ABTO⁸, haveria possibilidade

de ampliação se houvesse maior atenção por parte dos profissionais na notificação e no acompanhamento da morte encefálica e na intensificação do trabalho de sensibilização de familiares e da sociedade como um todo sobre o processo, uma vez que o não consentimento da família configura um dos fatores que interfere no baixo índice de doações no que se refere aos potenciais doadores. Diante do exposto, visando contribuir para a difusão de conhecimento e a sensibilização da coletividade acerca do tema, o estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e a opinião de universitários sobre doação e transplante de órgãos.

MÉTODOS

Estudo qualitativo, descritivo e exploratório⁹, que teve como cenário um pequeno município, situado no Vale do Caí/Rio Grande do Sul. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística lá residem 13.273 pessoas, distribuídas nas áreas urbana e rural.¹⁰ Nesse montante, há uma vasta gama de pessoas que procuram dar continuidade aos seus estudos e, assim, frequentam espaços universitários tanto no município, assim como em municípios adjacentes.

A pesquisa adotou como critérios de inclusão universitários de nível superior, residentes no município, com vínculo acadêmico ativo. Excluí-se universitários que cursavam graduações do nicho saúde; aqueles que, após dois agendamentos, não puderam conceder, por compromissos pessoais, a entrevista, e os que não permitiram uso de gravador. Como técnica de geração de informações elegeu-se a entrevista semiestructurada, composta por três blocos: a) identificação; b) conhecimentos; e c) opiniões e posições acerca da problemática.

A pesquisadora convidou um (a) universitário (a) de seu ciclo de relações sociais para participar da pesquisa, que ao aceitar, indicou outro, numa técnica de recrutamento que utiliza cadeias de referência entre os indivíduos denominada *Snowball* - também descrita como universos familiares.¹¹ O número de participantes foi determinado pela saturação das informações⁹, ou seja, quando já constam informações suficientes para responder coletivamente aos objetivos propostos.

Do processo, vinte e três universitários foram convidados, dos quais vinte permaneceram, um foi excluído por não concordar com o uso de gravador, e dois pela incompatibilidade de agendas, após duas tentativas de marcação. As falas foram transcritas e organizadas, e posteriormente seguiu-se os pressupostos da análise de conteúdo do tipo temática.⁹

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Instituição Proponente no dia 20 de junho de 2017, sob número 2.127.751. O estudo seguiu as determinações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.¹² No que corresponde à apresentação das informações, os entrevistados foram identificados por flores: os homens, por flores de nomes masculinos, e as mulheres, flores com nomes femininos.

RESULTADOS

Com o intuito de melhor contextualizar as informações, antes de iniciar as perguntas sobre doação de órgãos e transplantes, questionou-se a idade, a religião, o estado civil e o curso de graduação de cada respondente. Em linhas gerais, observou-se universitários da faixa etária jovem que buscam dar continuidade aos estudos subsequentemente ao nível médio: dos vinte entrevistados, dezesseis tinham entre vinte e dois e vinte e cinco anos, dois estavam entre vinte e seis e vinte e nove anos e apenas dois tinham trinta anos ou mais.

Em se tratando do sexo, houve predominância feminina, representada por catorze mulheres. A técnica *Snowball* possibilitou a identificação da relação de amizade entre os dois sexos: dos seis homens entrevistados, quatro indicaram mulheres para dar seguimento à pesquisa. As respostas quanto à religião e ao estado civil apresentaram menor variação, com dezessete universitários declarados católicos e três evangélicos. Chamou a atenção que nenhum se identificou como sem religião ou ateu. Sobre o estado civil, doze participantes relataram relacionamentos estáveis, um afirmou ser casado formalmente e sete declararam-se solteiros.

Entre os participantes, variaram os cursos em que estavam matriculados: quatro cursavam Agronomia; outros quatro, Processos Gerenciais; três, Licenciatura em Letras - Português e Inglês; dois, Ciências Contábeis; dois, Engenharia Química; e dois, Licenciatura em Matemática; um aluno, Arquitetura e Urbanismo; outro, Engenharia de Alimentos; e um, Engenharia Civil.

Conhecimento sobre doação de órgãos

Enfatiza-se que a doação de órgãos é vista pela sociedade como um ato de solidariedade e de amor ao próximo, todavia, percebe-se a significativa falta de conhecimento sobre o processo de doação. Na questão sobre o que era preciso para ser um doador de órgãos, a maioria dos entrevistados explanou assertivamente, no entanto, nenhum soube responder com completude. As falas embasavam-se no que ouviam falar, no que leram ou vivenciaram sobre o assunto: a manifestação do desejo, a autorização da família e a condição de saúde, como comprovam as falas que seguem:

Ter uma boa saúde e se declarar um doador. (Crisântemo).

[...] Eu sei que tu tens que falar pra tua família, porque até falam na propaganda, que ela vai ser tua voz [...]. (Dália).

Em se tratando da possível doação em vida, vários entrevistados não se sentiram seguros em expressar sua resposta, como Gardênia, que registrou que:

“Nossa, que difícil, porque na verdade, assim, às vezes tem que morrer, não? (risos). E sei lá, tem que ser saudável, eu acho. [...] Eu acho que [...] o rim pode ser doado ainda

quando a pessoa tá viva, porque eu já vi gente que doou um rim e continuou com o outro [...]”.

Ao reportar órgãos e tecidos que podem ser doados tanto em vida quanto em morte, os entrevistados associam a doação com o transplante de rim, de fígado, de pulmões, de córneas, de coração, de pele, de medula, de pâncreas e de ossos. Por meio das respostas, explicitou-se o conhecimento dos participantes sobre órgãos e tecidos que podem ser doados, associando com a literatura¹³, que além dos já citados, ainda podem ser doados valvas cardíacas, cartilagem e sangue. Sobre os impedimentos para a doação de órgãos, os participantes elencaram as condições de saúde - principalmente com os órgãos - o consentimento da família do potencial doador (a qual atualmente é quem autoriza o processo, em caso de falecimento do paciente), a religião, o desconhecimento e a desconfiança nos processos:

Acredito se ela tiver alguma doença, câncer, AIDS, hepatite também acho que interfere. (Lírio).

[...] Alguma religião, alguma crença, creio eu. (Magnólia).

[...] Acho que muitas vezes falta de informação, porque muitas pessoas têm um receio que de repente alguém vai lá tirar um órgão quando a pessoa não tá totalmente sem vida, eu acho. (Hortênsia).

A pergunta sobre a morte encefálica - ou morte cerebral, comumente chamada - somente um dos entrevistados não respondeu. Todavia, houve confusão entre estado de coma e morte encefálica:

É quando tu estás em coma, né? E eu acho que o cérebro para e o coração, sou muito leiga, mas o coração ainda está batendo e teu cérebro não está mais funcionando. (Magnólia).

Ao serem questionados sobre as etapas da doação quando o paciente falece, a maioria dos entrevistados não soube responder.

Opiniões sobre doação de órgãos e políticas públicas

Nas interações, descortinaram-se interesse, criticidade e solidariedade ao tratar do tema. Ao serem questionados se já haviam conversado sobre a doação de órgãos com alguém (e em que situações) e se já leram algum material ou assistiram a determinado programa sobre a temática, boa parte dos universitários sinalizou que havia tido algum contato com o assunto com familiares, colegas ou amigos:

Geralmente, quando tem alguma reportagem ou alguém que fala sobre isso, a gente conversa, mas não assim, ‘oh, hoje nós vamos conversar sobre doação’ [...]. (Camélia).

[...] Já conversei muito sobre o assunto, penso muito nisso, mas nunca falei 'olha, pai, mãe, eu vou doar meus órgãos'. É tudo de maneira bem informal, tu comentas, tu pensas, mas nunca decide. (Jasmim).

Eu já comentei alguma vez, assim, com minha mãe. E a primeira resposta dela foi 'ah, conversa com teus filhos, porque tu não vais morrer primeiro que eu' [...]. (Gardênia).

No que tange à questão, a fala de Gardênia sintetiza a hesitação que algumas famílias ainda têm receio em tocar no assunto, uma vez que remete ao entendimento prévio de morte - e ninguém espera que isso ocorra com seus entes. No diálogo, observou-se que a mãe não discorre sobre o tema por acreditar que há, na revelação da filha, uma contradição da vida balizada pelas lentes culturais que naturalizam a partida dos pais antes dos filhos.

Também chamaram atenção as respostas de Lírio e de Margarida, que afirmaram nunca terem tratado do assunto:

Nada, nem troca de ideia. Sei lá, é um assunto pouco falado. (Lírio).

Não. Nunca. (Margarida).

A discussão do tema pela mídia esteve presente nas respostas de Íris e de Violeta, no qual essa última exemplificou a série que aborda dramas médicos - o título lembra o de um livro de anatomia e a série trata sobre a residência médica de Meredith Grey, personagem que se depara com situações adversas com sua equipe e estudantes, vivendo entre paixões profissionais e pessoais:¹⁴

Contemplava também intenção da pesquisa abrir canais para analisar a intenção de doar órgãos e o processo de tomada de decisão, a fim de constatar se os universitários se sentiam seguros com suas escolhas. Nesse ponto, dois entrevistados se mostraram indecisos quanto à doação de seus órgãos:

Sei lá, acho que não. Por insegurança. (Lírio).

É, ali acho que mora o medo, né? Não tô totalmente segura, mas no momento que eu disser que quero ser uma doadora, eu pretendo estar totalmente segura [...]. (Jasmim).

Sobre a possibilidade de escolher doar em vida para alguém da família ou para uma pessoa desconhecida, os entrevistados apresentaram respostas divergentes: Lírio e Violeta declararam que só fariam a ação diante da necessidade de um ente querido. Talvez pese nessa decisão a certeza da necessidade e do processo a ser percorrido. Já Hibisco doaria indiferentemente de quem fosse a necessidade:

[...] Se realmente não tivesse outra saída, por medo, insegurança. (Lírio).

Eu acho que só se fosse alguém da minha família, porque assim, eu tenho um pouquinho de medo, então se fosse aqui, sim [...]. (Violeta).

Eu acho que se eu tivesse como doar, eu doaria, porque acho que é uma doação que não tem dor nenhuma, indiferente se fosse família ou não. (Hibisco).

No que concerne à possibilidade de excluir alguém da fila de espera para o transplante caso algum familiar pudesse ser um doador, mais da metade dos entrevistados se manifestou contrária à decisão, ou seja, não excluiriam ninguém, alegando que todos merecem a oportunidade de ser transplantados. Embora a maioria dos universitários se revelasse contrária à exclusão, as considerações de Hortênsia e de Crisântemo expressam julgamento moral, principalmente com a objeção à doação a quem praticou ações não apreciadas pela sociedade, como roubar ou matar:

Pessoas que nunca fizeram o bem, por exemplo, criminosos. (Crisântemo).

[...] Se fosse bandido eu não doaria, um assassino, não, não merece. (Hortênsia).

A doação de órgãos e de tecidos no Brasil se fundamenta em leis, em resoluções, em decretos e em portarias, os quais basearam alguns questionamentos aos universitários. O primeiro deles tratou do consentimento dos familiares e da divergência do desejo entre o potencial doador e a família. Nas falas, registraram-se diversas opiniões sobre o tema: houve quem fosse a favor de a família decidir pelo fato de o potencial doador já ter evidenciado em vida o desejo de doar órgãos; também quem considerasse que deve valer a opinião do paciente, independentemente da família; e ainda, quem defendesse a preservação do corpo do ente querido num momento de tristeza para todos:

Eu acho que sim, porque querendo ou não, se a pessoa quer doar, ela já vai ter comentado isso em vida, então, acredito que a família vai respeitar isso depois. (Violeta).

Eu acho que prejudicou porque é uma decisão que cada pessoa toma, porque às vezes a pessoa pode não ter comunicado que queria esse desejo, e a família decidiu fazer [...]. (Hibisco).

Na questão sobre as mudanças expressas na Lei nº 10.211/01 em relação à facilidade para a tomada de

decisão dos familiares, a maioria dos universitários ressaltou a necessidade de manutenção de alguma forma de expressão que legitime a opinião do potencial doador, como aponta Gerânio:

[...] Se tivesse um documento dizendo que eu queria ser um doador, acho que seria mais coerente, mais justo, sabe? Porque ficaria clara a vontade da pessoa que faleceu, porque ainda que eu pudesse doar os órgãos, eu não sei se minha mãe doaria [...]. (Gerânio).

As opiniões majoritariamente concordaram com a consideração ao desejo do potencial doador, independentemente se fosse doar - ou não - seus órgãos. A última questão abordada englobou a suposição de venda de órgãos no Brasil.

No Brasil, eu acredito que aumentaria, infelizmente. Teria o lado bom, mas teria aquele lado capitalista, que a gente sabe que isso existe. Com certeza aumentaria. (Açucena).

Mais da metade dos universitários não hesitou em afirmar que as ações para doação aumentariam, sim, com a possibilidade de venda de órgãos e de tecidos, mas em decorrência da condição socioeconômica do país. Nessa perspectiva, trariam consigo consequências negativas.

DISCUSSÃO

No contexto atual, o tema doação de órgãos demanda informações fidedignas e coerentes, como postulam várias produções.¹⁵⁻²⁰ Nogueira e colaboradores²¹ sinalizam à falta de conhecimento sobre as condicionalidades para doação de modo geral, e no que tange ao espaço universitário, destacam a necessidade de ênfase durante a graduação, considerando a temática um componente curricular transversal. Direcionando-se para doação em vida, relembra-se que, é necessário ser maior de dezoito anos, ter compatibilidade sanguínea entre o receptor e o doador, ter boas condições de saúde, querer a doação de um órgão duplo ou que não afete seu organismo e ser cônjuge, companheiro ou parente de até quarto grau.^{13,22}

Nas falas identificaram-se incertezas sobre o que seria morte encefálica. Trata-se de uma definição legal, na qual há parada total e irreversível das funções cerebrais e a função cardiorrespiratória está mantida sob o efeito de aparelhos e de medicações. Portanto, o diagnóstico tornou-se imprescindível para determinar a morte em critérios neurológicos, ou seja, a lesão encefálica se caracteriza como irreversível.¹ Nessa direção, a morte encefálica precisou passar por um novo entendimento para que a sociedade compreendesse que se iguala à morte do organismo.²³ Por ser algo complexo e de difícil compreensão, é fundamental que os profissionais de saúde busquem formas de torná-lo inteligível, sem se distanciar dos aspectos socioculturais que possam estar envolvidos.²⁴⁻²⁵

Com relação as etapas da doação de órgãos, sinaliza-se que são complexas e, em sua maioria, desconhecidas pela população. A falta de conhecimento interfere negativamente no processo de tomada de decisão dos familiares e prejudica, por vezes, as taxas de doação de órgãos e de tecidos.²⁶ Explicita-se a influência positiva da mídia no tema abordado por esta pesquisa e entende-se como necessária, cada vez mais, a implantação de programas e de reportagens para que se possa expandir a discussão e sensibilizar para a ação de doar.

Nas entrevistas foram notáveis a insegurança e o medo diante da possibilidade de morrer, de fazer alguém sofrer, de ter seus órgãos vendidos, aos serem questionados sobre a intenção de doar órgãos (ou não), o que pode decorrer de diversos fatores. O sentimento de desconfiança na assistência e o receio do comércio de órgãos, da antecipação ou da indução da morte do ente querido abarcam fatores atinentes à negação.²⁷ As crenças e o desconhecimento das pessoas quanto ao diagnóstico de morte encefálica geram incertezas e apreensão, dificultando o entendimento e a tomada de decisão.²⁸

Relembra-se nesta pesquisa que, conforme o Decreto nº 9.175/17, a retirada de órgãos e tecidos, após a morte, somente poderá ser autorizada pela família do potencial doador. Essa autorização deverá ser do cônjuge, do companheiro ou de parente consanguíneo, maior de idade, de até segundo grau.²⁹ No estudo de Barreto et al.³⁰, os motivos de recusa das famílias à doação de órgãos abarcaram principalmente o fato de o doador ser contrário à doação em vida, os familiares desejarem manter íntegro o corpo do potencial doador e o desconhecimento do desejo do doador.

Embora se percebam diversas opiniões pelas quais se consolidam assuntos como a doação de órgãos, convém a reflexão individual quanto à manifestação do desejo de doar aos familiares, para que, no momento crucial, a ideia do potencial doador já tenha se difundido e seja respeitada. Nessa perspectiva, diante da vasta gama de patologias e das condições clínicas que vêm afetando a população - principalmente as doenças crônicas e degenerativas e os acidentes de trânsito - ressalta-se a importância de fomentar o conhecimento e o interesse pela temática, haja vista que os transplantes contribuem para melhorar a qualidade de vida de quem anseia por um órgão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os universitários detêm conhecimentos, embora algumas demandas de informações ainda possam ser supridas com o compartilhamento de saberes - em especial, de profissionais de saúde. Observou-se também que conhecimentos específicos, como o processo de doação de órgãos, o conceito de morte encefálica e as etapas que contemplam a doação poderiam ser explorados e aprofundados. Os respondentes assim procuraram relacionar saberes prévios e relevar argumentos críticos acerca da legislação vigente, da exclusão da lista de espera, da intenção

de doar os órgãos e os tecidos e da interferência da mídia no processo de difusão de informações.

As informações geradas apontam para importância da educação em saúde na promoção da doação de órgãos, visando à discussão e o maior entendimento sobre o assunto. Nesse sentido, acredita-se que abordagem do tema pode atuar como ferramenta na amplificação de conhecimentos e de potencialidade das doações. Deste modo, almeja-se que este estudo possa ser um direcionador na composição de práticas educativas voltadas à população e, que de alguma forma possa induzir espaços de discussão nas Universidades, em especial na formação em saúde, compondo assim uma das interfaces da responsabilidade social que estas assumem com a sociedade.

Para além, endossa-se a educação permanente como necessária, diante da necessidade de difusão do conhecimento e de reiteração do seu significado, de forma contínua e eficiente no cotidiano dos serviços de saúde. Como limitações, pondera-se que as informações compartilhadas correspondem a um determinado público (universitários), sendo recomendável compilar outros olhares acerca da temática.

REFERÊNCIAS

1. Marcon L, Koerich CL, Virtuoso AD, Costa JM. Cuidados de enfermagem com pacientes potencialmente doadores de órgãos para transplante e sua família. In: Bresciani H, Martini J, Teixeira E (Orgs.). Programa de atualização em enfermagem: saúde do adulto. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 117-153.
2. Pessalacia JDR, Cortes VF, Ottoni A. Bioética e doação de órgãos no Brasil: aspectos éticos na abordagem à família do potencial doador. Rev bioet (Impr). 2011; 19 (3): 671-682. Acesso em: 27 set. 2017. Disponível em: <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/670/702>
3. Fernandes MEN, Bittencourt ZZLC, Boin IFSE. Vivenciando a doação de órgãos: sentimentos de familiares pos consentimento. Rev latinoam enferm (Online). 2015; 23(5):895-901. Acesso em 09 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n5/pt_0104-1169-rlae-23-05-00895.pdf
4. Campos HH. Aumento do número de transplantes e da doação de órgãos e tecidos: processo de construção coletiva. ABTO, [2017?]. Acesso em: 20 abr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/tS9CdY>>
5. Portal Brasil. Sistema Único de Saúde financia 95% dos transplantes no Brasil. Brasília, DF: 2015. Acesso em: 26 set. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/saude/2015/01/sistema-unico-de-saude-financia-95-dos-transplantes-no-brasil>>
6. Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Dados numéricos da doação de órgãos e transplantes realizados por estado e instituição no período: janeiro/setembro - 2017. São Paulo, SP: Registro Brasileiro de Transplantes; 2017. Acesso em: 09 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2017/rbttrim3-leitura.pdf>>
7. Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Dados numéricos da doação de órgãos e transplantes realizados por estado e instituição no período: janeiro/junho - 2017. São Paulo, SP: Registro Brasileiro de Transplantes; ano XXIII, 2, 2017. Acesso em: 09 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2017/rbt-leitura-sem.pdf>>
8. Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Dimensionamento dos transplantes no Brasil e em cada estado (2009-2016). São Paulo, SP: Registro Brasileiro de Transplantes; ano XXII, 4, 2016. Acesso em: 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.abto.org.br/abtov03/Upload/file/RBT/2016/RBT2016-leitura.pdf>>
9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec; 2014.
10. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Feliz. Rio de Janeiro, RJ: IBGE; 2017. Acesso em: 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/feliz/panorama>>
11. Vaitsman J. Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco; 1994.
12. Brasil. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59. Acesso em: 03 de abr. de 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
13. Portal Brasil. Informe-se sobre o processo de doação de órgãos e tecidos. Brasília, DF: MS; 2014. Acesso em: 26 set. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/saude/2009/11/informe-se-sobre-o-processo-de-doacao-de-orgaos-e-tecidos>>
14. Sinopse do seriado. [local desconhecido]: Grey's Anatomy Brasil, [2017?]. Acesso em: 09 out. 2017. Disponível em: <<http://www.greysanatomy.com.br/3-2/>>
15. Neto JAC, Sirimarc MT, Delgado AAA, Lara CM, Lima WG. Estudantes de medicina da UFJF e doação de órgãos para transplante. HU rev. 2012; 38 (1-2): 83-90. Acesso em: 07 out. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/6fSkMN>>
16. Freire ILS, Dantas BAS, Gomes ATL, Silva MF, Mendonça AEO, Torres GV. Aspectos éticos e legais da doação de órgãos e tecidos: visão dos estudantes de enfermagem. R Enferm Cent O Min. 2015; 5 (2): 1594-1603. Acesso em: 24 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/706/861>>
17. Doria DL, Leite PMG, Brito FPG, Brito GMG, Resende GGS, Santos FLLSM. Conhecimento do enfermeiro no processo de doação de órgãos. Enferm foco (Brasília). 2015; 6 (1/4): 31-35. Acesso em: 28 mar. 2017. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/573/255>>
18. Freire ILS, Gomes ATL, Silva MF, Dantas BAS, Vasconcelos QLDAQ, Torres GV. Aceitação e conhecimento de docentes de enfermagem sobre a doação de órgãos e tecidos. Rev enferm UERJ. 2016; 24 (1): 1-7. Acesso em: 27 out. 2017. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v24n1/v24n1a15.pdf>>
19. Bedenko RC, Nisihara R, Yokai DS, Candido VM, Galina I, Moriguchi RM, et al. Análise do conhecimento da população geral e profissionais de saúde sobre doação de órgãos após morte cardíaca. Rev bras ter intensiva (Online). 2016; 28 (3): 285-293. Acesso em: 02 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbti/v28n3/0103-507X-rbti-20160043.pdf>>
20. Nogueira MA, Maciel DO, Dias JAB, Martins TDR, Lins MA, Bernardes KC, et al. Conhecimentos e posicionamentos de adolescentes sobre doação de órgãos antes e após uma ação educativa. Rev enferm atenção saúde. 2016; 5 (2): 57-72. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/1560/pdf>>
21. Nogueira MA, Lins MA, Martins TDR, Miranda PO, Maciel DO, Sá AMM. Conhecimento de docentes de graduação em enfermagem sobre doação de órgãos e tecidos para transplante. Rev enferm UFPI. 2017; 6 (2): 16-22. Acesso em: 02 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5819/pdf>>
22. Brasil. Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Acesso em: 21 out. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9175.htm>
23. Rodrigues Filho EM, Junges JR. Morte encefálica: uma discussão encerrada? Rev bioét (Impr). 2015; 3 (23): 485-494. Acesso em: 28 mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n3/1983-8034-bioet-23-3-0485.pdf>
24. Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul. Morte Encefálica e Doação de Órgãos. Porto Alegre: CREMERS, 2018. Acesso em: 01 de agosto de 2019. Disponível em: http://www.cremers.org.br/pdf/morte_encefalica.pdf
25. Aredes JS, Firmo JOA, Giacomini KC. A morte que salva vidas: complexidades do cuidado médico ao paciente com suspeita de morte encefálica. Cad Saúde Pública (Online).2018; 34(11). Acesso em: 01 de agosto de 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018001105003&lng=en&nrm=iso

26. Pessoa JLE, Schirmer J, Roza BA. Avaliação das causas de recusa familiar à doação de órgãos e tecidos. *Acta Paul Enferm (Online)*. 2013; 26 (4): 323-330. Acesso em: 27 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n4/v26n4a05.pdf>>.
27. Moraes EL, Massarollo MCKB. Recusa de doação de órgãos e tecidos para transplante relatados por familiares e potenciais doadores. *Acta Paul Enferm (Online)*. 2009; 22 (2): 131-135. Acesso em: 08 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n2/a03v22n2.pdf>>.
28. Roza BA, Garcia VD, Barbosa SFF, Mendes KDS, Schirmer J. Doação de órgãos e tecidos: relação com o corpo em nossa sociedade. *Acta Paul Enferm (Online)*. 2010; 23 (3): 417-422. Acesso em: 27 set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v23n3/v23n3a17.pdf>>.
29. Brasil. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 05 fev. 1997. Acesso em: 19 abr. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9434.htm>.
30. Barreto BS, Santana RJB, Nogueira EC, Fernandez BO, Brito FPG. Fatores relacionados à não doação de órgãos de potenciais doadores no estado de Sergipe, Brasil. *Rev bras pesqui saúde*. 2016; 18 (3): 40-48. Acesso em: 09 out. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/nMK2NA>

Recebido em: 12/01/2019

Revisões requeridas: 13/08/2019

Aprovado em: 13/08/2019

Publicado em: 30/03/2020

Autora correspondente

Morgana Hanauer

Endereço: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Rua Guilherme Neto Kaiser, 271

Bairro Matiel, Feliz/RS, Brasil

CEP: 95.770-00

E-mail: morgana_ha@yahoo.com.br

Número de telefone: +55 (51) 99869-0148

**Divulgação: Os autores afirmam
não ter conflito de interesses.**